UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL - PR

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**ANDRESSA ROANA COSTA SCHLEY**

**COMUNIDADES RURAIS ENFRENTANDO A PANDEMIA DO COVID-19:**

CONTRIBUIÇÕES DO MODO DE VIVER CAMPONÊS AGROECOLÓGICO DO MST PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMBATE A DOENÇAS

LARANJEIRAS DO SUL

2023

**ANDRESSA ROANA COSTA SCHLEY**

**COMUNIDADES RURAIS ENFRENTANDO A PANDEMIA DO COVID-19:**

CONTRIBUIÇÕES DO MODO DE VIVER CAMPONÊS AGROECOLÓGICO DO MST PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMBATE A DOENÇAS

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Dra Siomara Marques

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2023**

**Ficha de identificação**

**Folha de aprovação**

Dedico a ………….

**Agradecimentos**

Escolher outro epígrafe

Enquanto milhares

Com a morte se encontram
E pedem socorro
No campo, no asfalto
Há um genocídio
Um inconsequente
E tolos, dementes
Ignoram os fatos

(MUNHOZ, 2021)

**Resumo**

de 150 a 500 palavras

usar o verbo na terceira pessoa

Palavras-chave: pandemia; covid-19; MST; assentamentos rurais; Reforma Agrária Popular; modo de viver; camponês.

**Abstract**

de 150 a 500 palavras

Key-words:

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Cada item deve ser designado por seu nome específico, número, travessão, título e número da página em que se encontra.

Quando houver mais de cinco ilustrações do mesmo tipo, sugere-se que a lista seja elaborada de forma individualizada por tipo de imagem, como por exemplo: Lista de Quadros, Lista de Gráficos, Lista de Figuras, etc.

**LISTA DE TABELAS**

Cada item deve ser designado por seu nome específico, título e número da folha ou página em que se encontra

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**SUMÁRIO**

 [**1 INTRODUÇÃO 13**](#_heading=h.30j0zll)

 [**2 Justificativa 17**](#_heading=h.1fob9te)

 [**3 Objetivos 23**](#_heading=h.3znysh7)

 [3.1 Objetivo geral 24](#_heading=h.2et92p0)

 [3.2 Objetivos específicos 24](#_heading=h.tyjcwt)

 [**4 Metodologia 24**](#_heading=h.3dy6vkm)

 [**5 Referencial teórico 29**](#_heading=h.1t3h5sf)

 [5.1 Um breve contexto da questão da terra no Brasil e a relação com a pandemia do COVID-19 29](#_heading=h.4d34og8)

 [5.2 Desenvolvimento rural sustentável: qual? 31](#_heading=h.2s8eyo1)

 [5.3 Agroecologia e Saúde 38](#_heading=h.17dp8vu)

 [5.4 Mulheres rurais na pandemia 42](#_heading=h.3rdcrjn)

 [**6 Cronograma de execução 44**](#_heading=h.26in1rg)

[**Referências 45**](#_heading=h.lnxbz9)

# INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa é resultado de um acúmulo de experiências e aprendizados da pesquisadora sobre o meio rural, Reforma Agrária Popular, saúde coletiva, qualidade de vida, saneamento, estratégias de desenvolvimento, gênero, organização social e método. A perspectiva holística e interdisciplinar sobre os problemas emergentes da sociedade brasileira movem a questionamentos sobre o status quo e vontades de elaborar caminhos de transformação e verdadeiro desenvolvimento da sociedade. A ciência precisa elaborar contrapropostas à lógica estabelecida pelo sistema hegemônico global de exploração da população, do meio ambiente e de concentração de renda, que consolida uma estrutura de desigualdades sociais e inviabilização de vida saudável e democrática no planeta. Em 2020 a pandemia do COVID-19 deixou evidente a insustentabilidade do funcionamento do sistema capitalista atingindo os mais diversos setores das vidas das populações.

Esse projeto de pesquisa teve como motivação pessoal a reflexão sobre o quanto o meio urbanizado no Brasil hoje é um território adoecedor, partindo e atravessando os âmbitos sociais, ambientais, econômicos, políticos, culturais e de saúde das pessoas. Análise contraditória ao discurso hegemônico de que o meio urbano é um local de desenvolvimento e oportunidades de uma vida melhor. Ao iniciar a pandemia do COVID-19 essa questão ficou ainda mais evidente, em contrapartida às perceptíveis potencialidades de vida saudável e de autonomia dos sujeitos através do campesinato[[1]](#footnote-2) no meio rural.

Durante a pandemia do COVID-19, principalmente no início e nas fases de *lockdown*, as populações do meio urbano sofreram bastante com a necessidade de confinamento e distanciamento social. Além disso, as novas rotinas de extremo e trabalhoso cuidado permanente em relação à grande exposição à contaminação pelo coronavírus, às drásticas mudanças de rotinas em relação ao trabalho, ao lazer, ao consumo, a todas interações sociais e familiares. Como se não bastasse, a situação e orientação político econômica no Brasil levou a perda de empregos, ausência de vagas de trabalho e todos os problemas sociais que decorrem do desemprego. Os apartamentos e casas pequenas, comuns nos ambientes urbanos, sem quintal, sem acesso ao sol, espaços de lazer e exercícios físicos tornaram um grande desafio para as populações urbanas quanto à necessidade do isolamento social, principalmente no que tange à saúde física e mental. A necessidade do consumo para atender praticamente todas as necessidades do ser humano no meio urbano, como aquisição de alimentos, itens de casa, de uso pessoal e de saúde, também representou um desafio e medo de contaminação através das superfícies, ar e aglomerações, seja nos locais de compra ou nos serviços de entrega em casa.

Por outro lado, em uma moradia no meio rural minimamente equilibrada e estruturada, fortalecida pela cultura campesina, existe a possibilidade do autossustento alimentar através das hortas e criação de animais, cultivo de ervas medicinais, produção caseira de itens para casa e uso pessoal. Além do mais, existe uma possibilidade maior de acesso à água, exposição ao sol, contato com a natureza, espaço aberto para circular, viver, se exercitar e ter lazer. Esses elementos são importantes na qualidade de vida e podem ter sido facilitadores para enfrentar a pandemia do COVID-19, possibilitando um maior isolamento social e menor risco de transmissão de vírus. Se isso for verdade, podemos pensar em novos modelos de desenvolvimento que tenham o meio rural camponês Agroecológico como direção de modo de vida sustentável e saudável para o país.

O modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil é, desde a colonização até hoje, baseado na exploração da natureza e de trabalhadores/as, na exportação de riquezas e, mais recentemente, na especulação para a produção de mais valia e concentração de renda para poucos empresários de multinacionais. Esse modelo se consolida através do agronegócio no meio rural, o qual tem sua origem nos processos de “modernização” da agricultura a partir dos anos 1960 com a invenção da chamada “Revolução Verde”. Firmado através da expulsão das famílias do campo e sua substituição por latifúndios e monocultivos altamente mecanizados, vem causando uma profunda destruição ambiental e problemas sociais violentos (PRADO JR, 1979; POMAR, 2009; CASTRO, 2015, SCHLEY *et al.*, 2021).

O êxodo rural provocado a partir desse processo suscitou nas cidades ocupações de terras periféricas aos centros de trabalho de forma não planejada e sem as infraestruturas adequadas, gerando impactos sociais, ambientais e à saúde pública. Dentre esses fatores estão as condições precárias de vida e trabalho, poluição, intensificação das relações sociais, falta de sentimento de pertencimento das pessoas a esses novos territórios e grandes desigualdades sociais, fatos esses que vêm deteriorando a vida das populações urbanas (SOUZA e ANDRADE, 2014).

As dinâmicas desses processos insalubres podem levar a novas possibilidades epidêmicas, as quais, intensificadas pela globalização, resultam em mudanças no perfil epidemiológico que necessitam de controle. A possibilidade de surgimento de novas doenças, ou reaparecimento de outras consideradas controladas, demonstra a importância de atentar ao espaço geográfico, aos determinantes naturais e sociais no estudo da saúde pública e do desenvolvimento (SOUZA e ANDRADE, 2014; FARIA e BORTOLOZZI, 2009).

A pandemia do novo coronavírus COVID-19 se dá gravemente através desses processos de desequilíbrios ambientais, insalubridades, globalização e desigualdades sociais. Os efeitos dessa pandemia são devastadores e estão sendo agravados no Brasil devido o descaso governamental em relação à saúde e ao combate ao coronavírus. Compreende-se que a crise do COVID-19 não é um fenômeno aleatório ou inevitável, mas é a consequência de uma série de políticas adotadas propositalmente que intensificaram as desigualdades sociais, desmantelaram o sistema público de saúde e deixaram as populações vulneráveis, acentuando a crise política, econômica e social que já vivíamos. Bem como Nunes (2020) constatou em seu artigo: “a COVID-19 demonstrou a acentuada vulnerabilização da vida cotidiana no capitalismo neoliberal”.

O COVID-19 “esfrega em nossas caras” o quanto o sistema capitalista e seus modelos de desenvolvimento são falhos para a vida humana e insustentáveis. As metrópoles, culturalmente consideradas desenvolvidas, viraram espaços perigosos à saúde humana pelo seu alto risco de contaminação. Os centros urbanos estão construídos na lógica dos espaços populosos, construções que comportem muita gente em pouco espaço e uma relação desequilibrada com a natureza. As periferias das cidades, assim como os povos tradicionais do campo, sofrem mais ainda pela desassistência do Estado, falta de estruturas de saneamento básico e as diversas condições de vulnerabilidade social. Concordo com Stédile (2021) quando ele analisa que o capitalismo coloca o lucro acima da vida e do planeta e afirma a necessidade de utilizarmos a pandemia do COVID-19 como um momento para refletirmos, pesquisarmos e construirmos programas necessariamente pós capitalistas.

Loureiro e Zarref (2020), apoiados pelo estudo de Silvia Ribeiro (2020), apontam que as dimensões da pandemia do COVID-19 estão associadas à ruptura ecológica produzida pelo agronegócio do sistema capitalista e intensificada nas últimas décadas. Alguns exemplos, citados pela autora, de como o agronegócio rompe com o equilíbrio ecológico e coloca a saúde mundial em risco são: a criação extensiva de animais nas indústrias, os quais são locais insalubres propícios para a mutação e reprodução de vírus; a expansão da fronteira agropecuária no Brasil a qual é responsável por 80% do desmatamento, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); a liberação de agrotóxicos para a agricultura, que aumentou bruscamente desde 2016, a qual só em 2019 foram liberados 474 novos agrotóxicos, em 2020 493, e o número recorde de 562 novos agrotóxicos em 2021, maior número já documentado pelo Ministério da Agricultura. Vale pontuar que 90% das aprovações de 2020 ocorreram após o início da pandemia (G1a, 2021; G1b; 2021).

 Os sistemas agroalimentares foram hegemonizados pelo poder do agronegócio, gerando a homogeneização e empobrecimento das dietas alimentares e impactos ambientais irreversíveis. Nossa alimentação através do agronegócio é baseada em pouca diversidade, baixos valores nutricionais, ultraprocessados, transgênicos, açúcares, gorduras, sódio, conservantes, corantes, aditivos químicos e venenos. Isso faz com que a população esteja com a saúde cada dia mais vulnerável, com baixa imunidade e capacidade orgânica de resistir a doenças, apresentando doenças crônicas como intolerância alimentar, diabetes, hipertensão, obesidade, subnutrição, problemas neurológicos e câncer, e agora tornando-se os grupos de risco para o COVID-19 (FRIEDMANN, 1993; SCHNEIDER, 2016).

Loureiro e Zarref (2020) resumem na seguinte lógica: “alimento doente, ambiente doente, seres humanos doentes”. E assim o Brasil acumulou até agora mais de 28 milhões de pessoas infectadas e 650 mil óbitos pelo coronavírus COVID-19 (02/03/2022) (BRASIL, 2022). Somado ao COVID-19 o país viveu também riscos graves quanto a H1N1, dengue, zika e chikungunya. Só nas primeiras 14 semanas de 2020 o Brasil registrou 525.381 casos prováveis de dengue e 181 mortes provocadas pela doença (SOUZA, 2020), além de todas as outras enfermidades enfrentadas pela população diariamente.

Os movimentos camponeses populares historicamente têm apontado soluções para essas crises. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afirma, entre elas: a Reforma Agrária Popular, a defesa dos territórios camponeses e indígenas, a soberania alimentar e a Agroecologia. São medidas que garantem a produção e consumo de alimentos saudáveis, a sustentabilidade ambiental, a promoção de saúde, a geração de trabalho e renda de forma justa e solidária, a valorização das culturas tradicionais brasileiras e a desaglomeração da população em zonas urbanas insalubres (LOUREIRO e ZARREF, 2020).

David Holmgren (2013), cofundador do conceito de permacultura, descreve em seu livro uma possível sociedade do futuro equilibrada, sustentável e saudável, de modo a visualizar uma tendência de migração da cidade para o campo:

No futuro, a Permacultura será estudada por todas as pessoas que atuarão no sistema campo-cidade, para entender o funcionamento do ecossistema, da produção, do consumo, do reúso e da reciclagem local e regional. Ela fará parte do cotidiano das pessoas, que poderão estar nas comunidades rurais ecológicas ou nas pequenas cidades. Todas elas estariam contribuindo no processo integrado de produção e consumo realizando atividades compatíveis com sua estrutura física e mental. E todas as pessoas estariam integradas entre si, estabelecendo relações transparentes e equilibradas. Essa relação de convívio se daria também com os outros seres da natureza. Essa organização humana terá como compromisso recuperar o meio ambiente para mitigar as mudanças climáticas e fornecer oportunidades de trabalho de boa qualidade a uma população que estaria migrando das cidades para o campo, no mundo inteiro (HOLMGREN, p. 7, 2013).

Loureiro e Zarref (2020) afirmam que provavelmente controlaremos a dinâmica do COVID-19, mas que agora temos mais essa doença em nosso “calendário sanitário”. A comunidade científica alerta sobre a possibilidade de mais pandemias como a do COVID-19, e destaca a necessidade de preparo e prevenção através de investimentos governamentais em saúde pública continuamente (MARASCIULO, 2020). Ao analisar a pandemia do COVID-19, Nunes (2020) conclui que o caráter destrutivo do neoliberalismo e a emergência climática nos obrigam a repensar a organização das sociedades, a nossa relação com outros seres humanos, não humanos e com o planeta. Precisamos, portanto, transformar as estruturas e dinâmicas da sociedade para que sejam mais seguras e saudáveis, evitar o surgimento de doenças e promover saúde humana e ambiental.

A fim de contribuir com modelos de desenvolvimento rural sustentável é que foi construída essa proposta de pesquisa com objetivo de debruçar a estudar o contexto da pandemia do COVID-19 no meio rural, de modo a investigar a relação entre o modo de viver camponês Agroecológico do MST e a saúde, buscando compreender no que as características desse modo de vida influenciam no enfrentamento da pandemia, e contribuir com apontamentos para novos modelos de desenvolvimento. Considera-se relevante pela ainda pouca existência de pesquisas sobre a pandemia do COVID-19 no meio rural, quando comparada com o meio urbano.

# Justificativa

A pandemia e a necessidade de distanciamento social nos levou a questionar se nosso modo de viver está seguro para a saúde da população. São necessários estudos e políticas públicas para superar a crise social, ambiental e sanitária que vivemos e para contribuir com um caminho de transformação para uma sociedade justa, equitária, sustentável e saudável. Ventura *et al.* (2020) convoca os pesquisadores brasileiros a uma “agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade”, colocando a sustentabilidade como enfoque fundamental no campo da pesquisa em saúde global. Destaca a necessidade de uma agenda de pesquisa permanente, não só de caráter pontual das emergências, mas que investigue o impacto das crises sobre a saúde das populações, as causas sociais, ambientais, econômicas e políticas das epidemias e crises.

Alentejano, em 1998, observou o crescimento no número de pesquisas que apontam para a revalorização do rural e as limitações do modelo de urbanização. Ele afirma que tais estudos destacam as mazelas dos grandes aglomerados metropolitanos, cada vez mais marcados pela violência, miséria e poluição, e a possibilidade de qualidade de vida no meio rural dotado de infraestrutura básica e preservação ambiental.

O Programa Nacional de Saneamento Rural (FUNASA, 2019) levanta a reflexão sobre como a valorização do urbano e a negação do rural foram determinantes para a implantação da modernização dos meios de produção agrícola, a concentração de terras e o êxodo rural a partir dos anos de 1940. Para esse processo foi criado a ideia do rural como um lugar atrasado e triste, em contraposição ao desenvolvimento do urbano. A proposta de reflexão da presente pesquisa parte da problematização dessa cultura que define o meio urbano como um local melhor para se morar, mas como pode ser constatado agora na pandemia, não apresenta condições seguras em relação à saúde.

Pensando nos riscos de exposição ao coronavírus COVID-19 é possível levantar alguns questionamentos, como: qual a capacidade de resiliência em uma pandemia das famílias no meio urbano e no meio rural? Quais as dificuldades e demandas da população rural durante a pandemia? Como na sociedade de consumo, altamente urbanizada e desigual, a população rural está passando pelo confinamento do isolamento social? Será que a relação que a população rural tem com a natureza e o autossustento alimentar facilitam esse processo? Podemos ainda questionar os indicadores e concepções que relacionam qualidade de vida à moradia no meio urbano. Será mesmo que o meio urbano significa qualidade de vida e desenvolvimento? Devemos continuar com esse modelo de intensa urbanização?

O senso comum diz que o meio urbano é o local de oportunidades, de acesso aos serviços e de qualidade de vida, porém esse discurso é contraditório com a realidade. A desigualdade social torna isso verdade somente para uma parte da população, exemplo disso é apenas metade da população brasileira ter acesso ao esgotamento sanitário (SNIS, 2018). A falta de saneamento básico e o contato direto com esgoto e resíduos domésticos e industriais são as receitas para proliferação de vetores e surgimentos de doenças. Somado a isso, temos hoje modelos de cidades e de produção que propiciam vidas sedentárias, estressantes e hábitos perigosos à saúde. Nesse cenário de vulnerabilidades em relação à saúde, a aglomeração é o toque final para rápidas dispersões de doenças.

O modelo de produção gera problemas ambientais, econômicos e sociais que afetam a saúde da população. A proposta globalizada de produção e comércio realizou um processo de supermercadização[[2]](#footnote-3) do consumo da população, na mesma lógica do alto giro de informações, tecnologias e concentração em grupos econômicos. As redes de supermercados promoveram mudanças nos padrões de consumo e alimentação, impondo tendências e culturas para a população e para a produção nas fábricas e campos agrícolas (SCHNEIDER, SCHUBERT e ESCHER, 2016). Nesse momento de pandemia percebemos que os comércios e mercados tornaram-se locais de possível exposição à doença devido à alta circulação de pessoas e de mercadorias. A população urbana, dependente dos mercados e do comércio para adquirir seus alimentos e demais necessidades, fica obrigada a correr o risco de se expor à doença. Os mercados que funcionam em redes de grandes compradores e fornecedores, desfavorecem o comércio local, a variedade cultural de alimentos, e obrigam as cidades a importarem toneladas de alimentos diariamente para sanar a demanda. O gasto energético dessas viagens para transportar alimentos às redes de mercados é um desperdício e um risco (ALTIERI e NICHOLLS, 2020).

Somado a este processo moderno de urbanização está o processo de industrialização do campo. As grandes extensões de terras para o agronegócio pouco produzem alimentos, pois estão voltadas para a exportação de soja, produção de ração e especulação. Os alimentos são altamente induzidos a serem produzidos da forma mais violenta à saúde humana e ambiental: monoculturas de sementes transgênicas, com uso abusivo de veneno e de maquinário, com desmatamento crescente, poluição dos recursos hídricos, desequilibrando os ecossistemas, acabando com a vida do solo, das águas, da fauna e da flora. Esse tipo de agricultura é controlado por grandes corporações que conseguem criar vínculos de dependência dos produtores através da produção, e dos trabalhadores do campo através da mão de obra. A pressão pela expansão do agronegócio expulsa os agricultores de suas terras, e a pobreza rural gerada, empurra as famílias do campo para o trabalho semiescravo ou para as periferias das cidades.

Para a maior parte da população a moradia no meio urbano hoje é composta por uma construção para se abrigar, mas sem espaço suficiente para trabalho, atividade física, promoção de saúde e lazer. Essas condições de moradia para a grande maioria em pequenas construções têm sido um desafio para a saúde física e mental das pessoas durante este período de confinamento social. A saúde mental e a presença do medo são fatores que merecem atenção nas investigações sobre o COVID-19, pois afetam o sistema imunológico e podem desencadear outros possíveis adoecimentos (MENEZES, 2020).

Dentro do debate sobre saúde e saúde mental há uma necessidade de debruçar o olhar sobre as mulheres. Sena (2020) afirma que há um esgotamento físico e mental das mulheres durante a pandemia. A autora descreve que as mulheres são as que maioritariamente atuam na linha de frente do combate ao avanço da contaminação e nos cuidados da saúde. Além disso, são as responsáveis pelos trabalhos domésticos, pelas contas, pela educação dos filhos, pela preocupação com a família, com as condições de vida e com os conflitos. Há ainda o perigo exposto quanto à violência doméstica que aumentou significativamente durante o isolamento social (SENADO, 2020).

Em contrapartida, acredita-se que no meio rural exista uma maior possibilidade de viver em um ecossistema equilibrado, com autossustento alimentar, acesso à água, exposição ao sol, contato com a natureza, disposição de espaço aberto para circular, viver e se exercitar e, por conseguinte, uma maior possibilidade de isolamento social. Esses elementos são importantes na qualidade de vida e podem ser facilitadores para enfrentar uma pandemia. Essa análise deve ser feita considerando também as diferentes classes sociais do campo, afinal a desigualdade social, que coloca principalmente os povos tradicionais em alta vulnerabilidade e exclusão impossibilita que essas populações tenham condições saudáveis de viver no campo.

As análises dos riscos e facilitadores vivenciados pelas populações do campo durante a pandemia do COVID-19 podem servir de referencial para pensar modelos de cidades mais sustentáveis e saudáveis. Reformas e transformações adequadas podem resultar em territórios com menores índices de propagação de doenças e ambientes mais adequados para a população enfrentar possíveis novas pandemias, epidemias, endemias e surtos.

A conjuntura nos alerta à necessidade de moradias com condições adequadas para enfrentar e sobreviver a pandemias. Um estudo de Cohen *et al* (2004) propuseram incorporar o conceito da Rede Brasileira de Habitação Saudável na política pública de saúde. Elas afirmam que para enfrentar o desafio da saúde é necessário articular políticas de habitação, de saúde, de ambiente e de infraestrutura, e “formar alianças intersetoriais, em uma visão holística, integradora e multidisciplinar” (COHEN *et al*, 2004, p. 809).

Codeço *et al* (2020) realizaram uma estimativa do risco de disseminação do COVID-19 no Brasil e uma avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões. A classificação de vulnerabilidade social levou em consideração variáveis, entre outras, como porcentagem (%) de população vivendo em área urbana, % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, % de domicílio com água encanada e % população vivendo em situação de extrema pobreza. Na classificação o meio urbano é apresentado como um fator de menor vulnerabilidade social, e as populações rurais, acompanhadas de alta desigualdade, baixo IDH, baixo ou precário acesso a serviços de água e esgoto, como maior vulnerabilidade social, sendo essas últimas as regiões nordeste e Amazônia. A pesquisa confirma a relação entre saneamento básico e a vulnerabilidade social ao COVID-19. O presente projeto de dissertação pretende aprofundar a análise dessa relação no meio rural.

Essa composição de cenários de vulnerabilidade social proposta por Codeço *et al* (2020) corresponde à realidade geral devido ao meio rural ter sofrido um processo de empobrecimento na América Latina (FAO, 2018). Porém já há experiências do MST que comprovam que o meio rural pode ser um local de prosperidade e qualidade de vida. Existem estudos que se debruçam a mudar o atual cenário de pobreza rural e alguns que propõem um processo de reorganização territorial do país através da reforma agrária como meio de desenvolvimento econômico, social e ambiental do país (ALENTEJANO, 1998).

Se o campo apresentar possibilidades de resistir com maior facilidade ao COVID-19 talvez devamos repensar esse modelo de desenvolvimento urbanizado que a cultura contemporânea e o Brasil têm adotado. É possível que precisemos pensar em modos de desaglomerar as cidades. A ocupação do campo a partir de uma perspectiva agroecológica para a agricultura familiar ou cooperativas de trabalho, com moradias espaçadas ou em ecovilas, já são pautas de alguns movimentos sociais como o MST.

Alentejano (2020) afirma que a crise do coronavírus alerta para necessidade de repensarmos a produção alimentar, no sentido de estabelecer novas relações de trabalho, de sociedade-natureza e de comercialização. Já em 1998 o autor propôs a reforma agrária como meio de reorganizar o território e resolver a crise urbana. Navolar, Rigon e Philippi (p. 7, 2010) apontam que a criação de políticas públicas para a construção de um sistema produtivo voltado para a promoção da segurança alimentar e nutricional, da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e valorização do agricultor e seu saber tradicional converterão em promoção de saúde. A desconcentração espacial da população através da ocupação do campo com a implementação de pequenas propriedades agroecológicas podem ser o caminho para impedir novas mortandades epidemiológicas e diminuir as desigualdades sociais.

a construção de um sistema produtivo que contribua para a promoção da segurança alimentar e nutricional, da qualidade de vida das pessoas e que tenha como prioridade a preservação do meio ambiente, a valorização do papel social do agricultor e do saber tradicional de produzir alimentos saudáveis deve ser estimulada e apoiada mediante políticas públicas adequadas, que nesse caso específico convertem-se em verdadeiras políticas promotoras de saúde (NAVOLAR, RIGON e PHILIPPI, 2010, p. 77).

Os estudos dessa pesquisa podem contribuir para projetos de comunidades autossustentadas em equilíbrio com o meio ambiente, por exemplo. A implantação de hortas e composteiras urbanas, atividades agropecuárias comunitárias, unidades descentralizadas de tratamento de esgoto e geração de energia, cooperativas de trabalhado com resíduos sólidos, acesso a serviços básicos locais e educação popular em saúde e ambiente são algumas experiências práticas que podem ser indicadas como propostas.

A intenção é estudar se a estrutura viabilizada e construída pelo MST através da luta pela Reforma Agrária Popular, o modelo de trabalho e sustento, de moradia rural, de produção agroecológica, a educação, a cultura, os valores e as relações desenvolvidas dentro do movimento oportunizam condições de vivenciar a pandemia do COVID-19 sem grandes mudanças, dificuldades e letalidades. Além disso, trazer ao conhecimento as ações desenvolvidas pelo movimento localmente que trabalharam no sentido de reverter ou amenizar situações críticas vivenciadas pela população brasileira durante a pandemia. Desse modo, busca-se sistematizar contribuições desse modo de viver camponês construído pelo MST que possam embasar modelos de desenvolvimento sustentáveis e saudáveis pra o país.

A escolha por estudar o MST é por reconhecer que o movimento possui uma elaboração de projeto de sociedade que abarca praticamente todas as dimensões necessárias para um desenvolvimento sustentável, saudável e justo do país, de superação da pobreza, das vulnerabilidades e de combate as desigualdades sociais e à destruição ambiental. As elaborações do MST são construídas em nível nacional com uma grande capilaridade de disseminação nos diversos municípios e espaços que atua. O que torna ainda mais interessante o referido movimento social é que não só possuem a elaboração como já a praticam na realidade de seus assentamentos, acampamentos e demais espaços, se desafiando desde o princípio a lidar com as contradições e construir uma nova sociedade emancipada. Não à toa que o movimento se consolida com 38 anos de existência como o maior movimento de massas do Brasil e como umas das referências globais em organização social e na luta pela terra e pela paz, se tornando um rico lócus de pesquisa (CASTRO, 2021; MST, 2019).

O objetivo deste projeto de pesquisa é aprofundar os estudos sobre desenvolvimento rural para auxiliar na análise de como o estilo de vida, o local, a moradia, o trabalho, as relações sociais, os fatores ambientais e sanitários interferem na saúde humana e ambiental e no enfrentamento de pandemias, epidemias, endemias e surtos. Para isto, pretende-se investigar como as comunidades rurais estão enfrentando a pandemia do COVID-19 em relação à sua capacidade de autossustento, qualidade de vida, proteção, isolamento e resiliência, contribuindo com os estudos sobre saúde rural e planejamento urbano-rural.

A questão norteadora da pesquisa pode ser sintetizada em: o modo de viver rural camponês agroecológico pode ser um facilitador para enfrentar a pandemia do COVID-19? E ainda desmembrada em: Quais práticas tradicionais camponesas podem contribuir para enfrentar crises sanitárias como a pandemia do COVID-19? Como a Agroecologia pode se constituir um modelo para a promoção da saúde e da sustentabilidade da vida no meio rural e urbano? Qual o papel das mulheres e jovens nesse contexto? A proposta sistêmica de pesquisa viabilizará estudar como as formas de viver interferem na saúde da população, podendo fornecer elementos para uma análise crítica do atual modo de vida da sociedade brasileira, de forma a apontar as necessidades de transformações para melhorar o quadro de vulnerabilidade que a pandemia do COVID-19 nos escancarou. Para melhor esclarecer a pergunta de pesquisa, formulamos os seguintes questionamentos:

1. Qual o nível de dependência das famílias rurais em relação ao mercado de consumo?
2. A autonomia de consumo alimentar e de itens de uso doméstico e pessoal das famílias rurais, influencia em uma maior segurança em saúde em relação à exposição, à transmissão de doenças e à segurança e soberania alimentar?
3. O que o espaço ambiental que as famílias rurais têm acesso cotidianamente oportuniza em qualidade de vida, saúde física e mental?
4. Quais características do modelo de residência rural e não aglomerada impactam positivamente na saúde?
5. Como é o saneamento das famílias rurais?
6. Qual a percepção de saúde, qualidade de vida, imunidade, tédio e ansiedade das famílias ruais durante a pandemia do COVID-19?
7. Quais as dificuldades e demandas das mulheres e jovens do campo durante a pandemia do COVID-19?
8. Qual o papel das mulheres e jovens camponesas no enfrentamento da pandemia do COVID-19, na promoção de saúde e da sustentabilidade?

# Objetivos

## Objetivo geral

Compreender como o modo de viver rural camponês agroecológico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode contribuir com modelos sustentáveis de desenvolvimento ao enfrentamento de pandemias como a do COVID-19.

## Objetivos específicos

1. Compreender quais aspectos da vida camponesa do MST influenciam em uma vida segura e saudável durante a pandemia do COVID-19 e compreender a atuação das mulheres e das/os jovens na prática Agroecológica e na segurança em saúde humana e ambiental das famílias camponesas;
2. Analisar se o nível de autonomia de consumo alimentar e de itens de uso doméstico e pessoal das famílias rurais influencia em uma maior segurança em saúde em relação à exposição, à transmissão de doenças e à segurança e soberania alimentar;
3. Identificar se as características do modelo de residência rural e não aglomerada, em espaço ambiental, impactam positivamente na saúde e qualidade de vida e verificar como se estrutura o saneamento das famílias rurais;
4. Conhecer qual a percepção de saúde, qualidade de vida, imunidade, tédio, cansaço e ansiedade das famílias rurais durante a pandemia do COVID-19;

# Metodologia

A pesquisa é um processo de descobrir e descrever conhecimentos a partir de métodos científicos a fim de responder perguntas ou demandas. Antes de ser um problema intelectual, a pesquisa precisa ser um problema da vida real, socialmente condicionada. A pesquisa social é a qual foca seu trabalho no campo da realidade social, sobre as diversas complexidades e interações que as e os seres humanos vivem e constroem (MINAYO, 2001, p. 18; GIL, 2012). Por isso ela é compreendida por Minayo (2001) como qualitativa, como possibilidade de dar conta da riqueza da realidade social e seus dinamismos, dos significados e motivos das ações e relações humanas, é um nível de realidade que não pode ser apenas quantificado. Kinalski *et al.* (2017, p. 444) apontam que esse tipo de pesquisa exige que a/o investigador esteja imerso no campo de estudo.

O presente trabalho será desenvolvido como uma pesquisa social qualitativa descritiva, pois através desse formato, segundo Gil (2012, p. 28), é possível descrever características e condições de determinada população, estabelecer relações entre variáveis e descrever a natureza delas. Identificada com a pesquisa participante por entender que não existe observação neutra na ciência, e perceber os benefícios científicos do dialético envolvimento ativo do pesquisador/a com o pesquisado, afastando da lógica de transformar em mero objeto as e os sujeitos de pesquisa (GIL, 2012).

Minayo (2001) ressalta a existência de uma aproximação e identificação entre investigador/a e investigado, uma vez que “seres humanos, seja por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou qualquer outro, tem um substrato comum, tornando-os comprometidos” (p. 15). Ela traz a conclusão de Lévi-Strauss (1975, p. 215): “Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”.

A presente pesquisa se alinha com o que Antonio Gil (2012, p. 31), a partir de Fals Borda (1983, p. 43), traz como elemento característico da pesquisa participante: o trabalho com camponeses e agricultores. Visando contribuir com as necessidades da classe trabalhadora, a mais vulnerável da estrutura da sociedade, a partir da sabedoria e potencial de agir dela própria.

Considera-se que o objeto de pesquisa nos campos sociais é necessariamente histórico, resultado de formação social e acontecimentos específicos em um determinado espaço, portanto possui consciência histórica. Dessa forma, não é apenas o investigador que dá sentido à pesquisa, mas os sujeitos e a sociedade dão significado e intencionalidade. A visão de mundo tanto do pesquisador/a quanto do pesquisado/a estão presentes em toda a pesquisa, desde a concepção, metodologia, análise, resultados e aplicação (Minayo, 2001, p. 15).

Segundo Minayo (1992) e Neto (2001) campo de pesquisa é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação” (MINAYO, 2001, p. 54). O campo de pesquisa deste trabalho será os assentamentos do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos municípios de Pontão e Jóia, região noroeste do Rio Grande do Sul. O público envolvido serão famílias camponesas desses assentamentos que possuam mulheres e/ou jovens na prática da Agroecologia. Para o presente estudo será realizado um levantamento de dados a partir de entrevistas semiestruturadas, grupo focal e visitas in loco para observação da realidade.

As entrevistas semiestruturadas articulam o formato de diálogo livre, abordando de forma aberta o tema foco a/ao entrevistado, e perguntas previamente formuladas (NETO, 2001, p. 59). Optamos por realizar o formato de diálogo livre também com a técnica do grupo focal. O grupo focal (GF) é uma técnica de coleta de informações que utiliza o debate coletivo de um grupo de pessoas escolhidas para participarem de uma pesquisa. O debate ocorre de forma orientada pela pesquisador/a, a partir de metodologias específicas que visem estimular a manifestação de todas/os envolvidos com ideias e opiniões sobre o tema pesquisado. Essa técnica valoriza a interação e a troca de ideias, conceitos e vivências entre as pessoas, as/os participantes e pesquisador/a, pautada na troca e aprendizagem coletiva, no exercício de se expor, de ouvir e de construir coletivamente a partir de seus protagonismos (KINALSKI *et al.*, 2017).

O GF se diferencia das outras técnicas pela potencialidade de ser mais descontraída, sendo um facilitador de coleta de informações, também pela possibilidade de descoberta e elaboração de novas ideias, de continuidade e desenvolvimento a partir de participações comprometidas. Possibilita interpretar como determinada categoria social se relaciona com o tema, não só a partir das visões individuais, mas como o tema é confrontado dentro do coletivo, e como as pessoas reagem coletivamente e se relacionam a partir do tema (RESSEL, *et al.*, 2008). Ressel, *et al.* (2008, p. 780) cita que o GF é uma técnica interessante nas fases exploratórias de uma pesquisa, quando se quer ampliar a compreensão e avaliação sobre um tema, e na utilização concomitante com outras técnicas de coleta de dados. Citam também a associação com outras técnicas didáticas que motivem a fala, a fim de desvelar a temática comumente não verbalizada ou difícil de ser expressa verbalmente.

Pretende-se utilizar a técnica de GF com técnicas didáticas principalmente com grupo de jovens pela avaliação de que essa técnica é a mais apropriada para esse perfil, quando comparada com a técnica de entrevistas individuais. Dialogando, assim, de forma mais coerente com as características desse grupo específico, que é mais descontraído, lúdico e está em fase de relações coletivas. Escolher-se-á essa técnica também quando as/os entrevistados se apresentarem de forma coletiva no momento da entrevista, priorizando a adequação da pesquisa à rotina das e dos participantes.

Neto (2001) cita o uso de anotações, diário de campo, gravações e fotografias como técnicas de registro de campo. A observação da realidade será feita conforme Neto (2001, p. 60) descreve a técnica da observação participante como uma abordagem importante na pesquisa qualitativa:

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

Serão consideradas práticas da Agroecologia a identificação com os princípios da Agroecologia, o exercício de atividades produtivas comerciais e/ou de subsistência de forma Agroecológicas. Serão priorizadas as coletas de dados das famílias a partir das mulheres e das/os jovens com objetivo de dar espaço às vozes destes grupos historicamente invisibilizados na sociedade; e por compreender que às mulheres são a quem, maioritariamente, é atribuído pela sociedade e pelas famílias, o papel de se preocupar, saber e garantir a saúde da família e as estruturas básicas necessárias para tal, e comumente as e os jovens também desempenham esse papel. Desse modo torna-se possível compreender a realidade das famílias em relação ao COVID-19 a partir delas, e por observarmos que as mulheres e jovens têm os perfis comumente mais adeptos às práticas da Agroecologia. Entretanto não serão excluídos homens das entrevistas, a fim de captar o máximo de elementos possíveis para o objetivo da pesquisa.

Neto (2001, p. 56) ao descrever a entrada em uma pesquisa de campo destaca que a aproximação com o público envolvido na pesquisa pode ser facilitada pelo conhecimento dos moradores e pelos laços de intercâmbio com os sujeitos da pesquisa. As pessoas entrevistadas no presente trabalho serão escolhidas a partir das relações já estabelecidas entre a pesquisadora e o MST, e o número de entrevistas será aleatório. Os dados serão colhidos a partir da escuta e da observação, será utilizado um roteiro com questões-chaves elaboradas pela pesquisadora para guiar as entrevistas e auxiliar com que os aspectos pensados sejam respondidos durante a entrevista. Entretanto as entrevistas serão realizadas o mais parecido possível com um diálogo em nível individual e através de dinâmica dialogada também em grupo, fazendo uso de anotações em caderno ou ferramenta digital, mas principalmente de gravador de voz para garantir a coleta das informações sem perder o “clima” de conversa, o contato através do olhar e a explícita escuta atenta, com o objetivo de tornar a situação o mais confortável possível para as e os entrevistados, buscando assim captar a realidade com a sinceridade necessária e com naturalidade. Será utilizada também o recurso de imagens por meio de fotografias com o objetivo de se ilustrar cenas do cotidiano camponês. O gravador e as fotografias serão mediante autorização das/os participantes. Será elaborado um diário de campo com objetivo de traduzir em palavras o vivenciado e observado durante a pesquisa de campo.

Neto (2001, p. 56) destaca a importância de apresentar a proposta de estudo aos entrevistados a fim de estabelecer uma situação de troca, a pesquisa será resultado de uma cooperação baseada no diálogo e confiança, onde cada momento é uma conquista. Também destaca que no processo do trabalho de campo “são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, propiciando o retomo dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas” (p. 57). Com esse intuito serão realizadas explicações para as e os entrevistados entenderem e se sentirem parte da pesquisa, saberem sobre o programa de mestrado e sobre a universidade, acompanharem o andamento e a conclusão da dissertação, de forma a contribuir com a aproximação entre a academia, a pesquisa científica e as/os sujeitos envolvidas nesta pesquisa. A entrevista iniciará com uma apresentação da pesquisadora, de onde vem, qual a relação com o MST, como chegou até a/o entrevistado, com o que está trabalhando e estudando hoje, uma explicação sobre o mestrado, a universidade, a relação do programa e do campus com o MST, uma explicação sobre a pesquisa, os objetivos e hipóteses, e deixar aberto para o início do diálogo expressando a intenção de entender e relatar como foi para elas/es passarem pela pandemia do COVID-19. A partir das respostas serão perguntadas questões para compreender se as rotinas mudaram muito durante a pandemia e o que isso significou em relação à saúde, se a produção que realizam em casa oportunizou uma certa segurança em saúde em relação à imunidade, exposição e transmissão do COVID-19, e se a estrutura da casa, o espaço ambiental e o tipo de trabalho auxiliam no enfrentamento à pandemia e na saúde física e mental.

Neto e Minayo (2001) entendem a análise de dados coletados em uma pesquisa como um movimento de análise, descrição e interpretação dos dados. Segundo os autores a análise de conteúdos se utiliza de um conjunto de técnicas para encontrar as respostas para as questões formuladas da pesquisa, verificar as hipóteses elaboradas sobre o tema pesquisado, e descobrir o que está por trás do expresso pelos entrevistados/as, o que significa e da onde vem as respostas. Lembrando que os resultados de uma pesquisa são sempre uma aproximação da realidade social, a qual não pode ser reduzida a dados.

Após a coleta de dados, as respostas serão sistematizadas, agregadas em respostas comuns e singulares, de forma a responder os objetivos da pesquisa. Serão analisados como os fatores percebidos estão influenciando na saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas durante a pandemia do COVID-19, e como eles se relacionam entre si. Para esta análise utilizaremos categorias identificadas nas entrevistas que definam concepções de saúde, doença, saneamento, divisão sexual do trabalho, práticas agroecológicas e desenvolvimento sustentável conforme o referencial teórico utilizado nesta pesquisa. Desta análise será feito um apontamento de experiências positivas e de deficiências, e a seguir será estudado se existem potencialidades a serem tomadas como exemplo para outras comunidades, inclusive urbanas, e para pensar modelos de desenvolvimento rural e urbano agroecológico.

# Referencial teórico

## Um breve contexto da questão da terra no Brasil e a relação com a pandemia do COVID-19

A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é resultado de uma sequência de processos históricos de expulsão de famílias de seus lares no campo e consequente resistência, sobrevivência e construção de alternativas e lutas por moradia, vida e acesso à terra. Essa luta pela terra, infelizmente, faz parte da história do Brasil desde a colonização pelos europeus e seus genocídios e escravizações dos povos indígenas e negros, onde tivemos resistências conhecidas como a Confederação dos Tamoios (sudeste), Guerra dos Potiguaras (nordeste) e a Batalha de Caiboaté (sul). Essa última culminou no assassinato do grande guerreiro guarani Sepé Tiaraju, em terras que também fazem parte dos caminhos da presente pesquisadora, no pampa gaúcho de São Gabriel. Também os quilombos, espaços de resistência e organização dos povos negros na luta pela vida e pela terra, o qual temos como exemplo marcado na história as lutas lideradas por Dandara e Zumbi dos Palmares (MANÇANO, XXXX, p. 26).

As capitanias hereditárias e as sesmarias garantiram as terras brasileiras à nobreza do império Colonial português, a Lei de Terras de 1850 garantiu a terra como propriedade privada cercada, a ser adquirida com dinheiro. Os fazendeiros dominaram imensas extensões de terras através da força armada, das incontroláveis grilagens, do desmatamento e da instalação da agropecuária à base do trabalho explorado de negros/as, sitiantes, agregados e imigrantes. As famílias imigrantes europeias, em maioria expulsas e fugidas de suas terras, chegaram ao Brasil em busca de novas terras nesse cenário de expansão incontrolável das cercas latifundiárias e conflito pela terra. A colonização europeia foi articulada pelo Estado para cumprir o papel de ocupar terras e não permitir que a massa trabalhadora tivesse acesso à própria terra, ao mesmo tempo em que grande parte dos casos as terras dadas à colonização foram locais de difícil acesso e cultivo (MANÇANO, XXXX, p. 28).

As e os trabalhadores camponeses sempre se organizaram e resistiram para construir sua própria existência, como é o exemplo da Guerra de Canudos na Bahia, a Guerra do Contestado entre o Paraná e Santa Catarina, o Cangaço no Nordeste, resistências contra o coronelismo e o militarismo, a violência e a exploração. O caminhar de todos esses processos históricos foi a formação a partir da segunda metade do século XX de um setor da população que migrava de terra em terra em busca de trabalho, uma categoria conhecida como sem-terra. Percebe-se que a luta pela terra sempre foi também uma luta por liberdade, vida digna e contra a exploração; é a história das pessoas que formaram o campesinato brasileiro (MANÇANO, XXXX, p. 32).

As lutas dos posseiros, pequenos proprietários, parceiros e meeiros contra as expropriações e expulsões de suas terras formou as chamadas Ligas Camponesas por volta de 1945. No final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, a luta de resistência de cerca de 300 famílias de posseiros de Encruzilhada do Sul (RS) deram formação ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) o qual foi organizando assalariados de granja, parceiros, peões e pequenos proprietários por todo o estado gaúcho. A partir de 1962 o movimento toma uma atitude diferente das movimentações de resistência para não sair de suas terras, esses sem-terra iniciaram ações de acampamentos e adentrar os latifúndios, significando uma ameaça concreta à centralização de terras. Um grande acampamento foi no município de Sarandi, noroeste do estado. Esses movimentos foram aniquiladas pela ditadura militar de 1964. Esse processo histórico contava também com as construções na sociedade da Igreja Católica, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A partir dos anos 1960 os setores dominantes da economia e política brasileira tomaram a estratégia de implementação de um programa de intensiva ampliação da produtividade agrícola a partir da ampliação de latifúndios, adoção da monocultura, tecnificação e mecanização da produção, absorção de créditos agrícolas, inserção de “insumos modernos”, e a integração com os circuitos de comercialização a partir da articulação com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura e com a indústria processadora de produtos naturais, formando os complexos agroindustriais, esse último analisado por Delgado (1985). Estudos como os de Medeiros (1989) e Pomar (2009) correlacionam essa estratégia com a construção de uma demanda por transformar as relações de trabalho e de captar mão-de-obra para o setor urbano. Esse programa foi legitimado pelo Estado após o golpe militar de 1964 e ficou conhecido como “Revolução Verde” (PALMEIRA, 1989; SCHLEY *et al.,* 2021).

Essa dita “Revolução Verde” foi denominada por José Gaziano da Silva (1982) como “modernização dolorosa”, isso porque os desdobramentos da intensa mecanização agrícola, monopolização das terras e desconcentração dos meios produtivos rurais foram: o aumento da exploração de mão de obra barata nos campos e nas cidades, o processo de autoexploração nas pequenas propriedades rurais na tentativa de responder ao funcionamento do mercado, a inviabilização da permanência dos camponeses no campo, os quais sem alternativas foram direcionados à pobreza no campo ou no urbano, portanto o significativo aumento das desigualdades sociais e diminuição da qualidade de vida da população trabalhadora (PALMEIRA, 1989).

Nesse cenário valoriza-se o papel das lutas sociais construídas no campo, as quais se colocaram na disputa e formaram resistência às mudanças drásticas que vinham pela frente, e propuseram um projeto democrático de desenvolvimento rural para o país o qual defendemos até hoje (SCHLEY, 2021, p. 6).

Como expressou Schley *et al.* (2021) no trecho recém citado, a classe trabalhadora e intelectuais se organizaram em resposta a essas medidas, e apesar de não ganharem a disputa no momento frente ao poderio político, econômico e militar, seguem acumulando elaborações e fazendo ações para conquistas de direitos até os dias de hoje.

No sul do Brasil a inserção da soja foi o catalisador desse processo, expulsando do campo milhares de famílias, arrendatárias, meeiras, parceiras e filhos de agricultores. Algumas dessas pessoas tentaram um meio de vida nas regiões que o governo da época destinou à colonização das fronteiras agrícolas no Norte (Rondônia e Pará) e Mato Grosso, segundo Mançano, XXX (p. 45) essa foi uma estratégia imposta pelo Estado, em parceria com empresas privadas, para controlar a questão agrária sem realizar a pedida reforma agrária. Se tornou um escândalo pelas corrupções e contradição com o prometido, foi realizada uma transferência de mão de obra para o garimpo e extrativismo de madeira e apropriações de latifúndios para as empresas. A realidade foi incompatível com modos de trabalho baseados na agricultura familiar, muitas famílias voltaram para o sul ou migraram para outras regiões. Outras famílias expulsas pela Revolução Verde recorreram à própria sorte nos centros urbanos para sustento da vida, ocupando as terras periféricas desse centros de forma improvisada e insalubre, vendendo sua mão de obra a custo barato e exploratório. A partir do fim dos anos 1970 o “milagre econômico” das indústrias do capitalismo começa a entrar em crise e se transforma na “década perdida” de 1980, deixando milhares de pessoas na linha da miséria (STÉDILLE, 1999).

Vale o destaque para duas questões insistentemente menosprezadas pela lógica mercantil liberal sobre o acesso das pessoas à terra e à moradia, mas que são de crucial importância de ordem subjetiva e concreta: a identificação com o modo de vida e de trabalho no campo e a reprodução de vida no local. Ou seja, a condição de ser do camponês, que estava sendo perdido (MANÇANO, 1999, p. 19). Nessa conjuntura, segundo Stédille (1999, p. 17), aos camponeses foi obrigada a decisão por sobrevivência de “tentar resistir no campo e buscar outras formas de lutar pela terra nas próprias regiões onde viviam”.

O fim dos anos 1970 e início dos 1980 foram marcados pelas greves operárias e pelas lutas pelo fim da ditadura militar, nessa organização social da população a pauta pela reforma agrária também ganhou destaque. É nessa conjunção social que estão algumas das gêneses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado oficialmente durante o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná (STÉDILLE e MANÇANO, 1999).

Rob Wallace (2020) afirma que o agronegócio é responsável pela disseminação de doenças infecciosas e produção de surtos e pandemias no mundo do século XXI, uma vez que a destruição ambiental causada por esse setor tem proporcionado a rápida disseminação e variação genética de patógenos, como exemplo do COVID-19, gripe aviária, suína, e-bola, zika e outros. O desmatamento, a produção intensiva de monoculturas, o uso de agrotóxicos, a produção madeireira e a mineração significam a destruição de biomas que quando preservados formam uma barreira ecológica que mantém um equilíbrio entre animais e seres humanos, cada vez que essa barreira é destruída os animais se deslocam para zonas habitadas por populações humanas, muitas vezes em condições insalubres, em busca de lar e alimento, ou no caso das populações avançarem para essas áreas ambientais, entram em contato com diferentes patógenos colocando em perigo a saúde pública. A industrialização da produção de carne do agronegócio também está industrializando os patógenos, uma vez que o modo de produção intensiva, de alta aglomeração e confinamento de animais, em baixa higiene, e transporte entre territórios, aumenta as exposições e proporciona uma alta variação genética e proliferação de patógenos.

Segundo Wallace (2021) 20% da população utiliza 80% dos recursos naturais globais, e essa desigualdade é calcada sob a relação de exploração do norte global sobre o sul. Precisamos terminar com essa troca ecológica entre norte e sul político. Wallace indica que para excluir os patógenos devemos rejeitar a lógica do agronegócio e passar de uma economia industrial para uma economia natural, respeitando a matriz ecológica e o bem estar comunitário, preservar a natureza, introduzir a biodiversidade na agricultura, pecuária e avicultura. Esses tipos de intervenções exigem tirar o controle do agronegócio sobre o meio e passar para os pequenos agricultores nas comunidades rurais, ter um planejamento estatal voltado para economias e redes de abastecimento circulares e para a Agroecologia camponesa.

## Desenvolvimento rural sustentável: qual?

Uma das definições filosóficas para "desenvolvimento" está ligada à ideia de "evolução”, "movimento em direção ao melhor". Porém, a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, o termo "desenvolvimento" começa a ser sinônimo de crescimento econômico, por meio de acumulação de riquezas, de matéria prima, em capital ou produção, associado ao avanço tecnológico. Esse modelo econômico cria uma sociedade de classes com relevante desigualdade social, gerando efeitos negativos sobre a sociedade como a concentração de renda, a manutenção da desigualdade social como estrutural da sociedade, as políticas sociais à mercê dos interesses do mercado, a alta vulnerabilidade à regressão econômica e participação desigual da sociedade nas decisões. Sen (2010) alerta que o crescimento econômico global atual acaba negando a possibilidade da população pobre ter as necessidades mais básicas atendidas, assim como nega o acesso aos serviços públicos ou às liberdades políticas e civis. Portanto esse desenvolvimento sem a preocupação de acessos igualitários às riquezas e tecnologias produzidas não contribui com a evolução da sociedade (SILVA, 2009; SCHLEY, 2018).

Soares (1995) defende que o desenvolvimento econômico deveria estar subordinado ao desenvolvimento social, e não o contrário. A economia é apenas um dos componentes para expandir o desenvolvimento, este último é um processo muito mais rico e complexo. Albuquerque (1995) compreende o desenvolvimento como um processo global envolvendo múltiplas e complexas relações entre econômico, social e político, que busca conciliar a eficiência, a equidade e a liberdade. Esse desenvolvimento visa qualidade de vida a toda população, e não somente parte dela, busca a justiça social, a distribuição de renda, o acesso à educação, à saúde, à moradia e ao saneamento para o pleno desenvolvimento das capacidades humanas em equilíbrio com o meio ambiente. Somente com essas condições adequadas o ser humano é capaz de produzir trabalho de forma plena e contribuir nas atividades, inclusive econômicas do país.

Celso Furtado (2000) defendia um Projeto Nacional de Desenvolvimento no qual o Estado tem o papel de garantir as condições básicas à população e conduzir o desenvolvimento. O combate à pobreza é estratégico para o desenvolvimento dos países, e para isso, é necessária a adoção de políticas públicas de saúde, habitação e saneamento básico, entre outras, prioritárias para a população de classe baixa, e de forma que envolvam os estados, os municípios e as próprias comunidades beneficiadas. Logo, a presença do Estado é essencial para a comunicação entre população e governo, da qual deve resultar menos pobreza e mais cidadania. Na ausência do Estado, a economia, ao invés de diminuir, aumenta as desigualdades sociais (ALBUQUERQUE, 1995; FURTADO, 2000).

A ONU, em 1986, emitiu a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, na qual reconhece o desenvolvimento como um direito inerente a todo ser humano e de todos os povos, expressando a soberania de cada povo sobre suas riquezas e recursos naturais. Reconhece também o desenvolvimento como um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o aumento contínuo do bem-estar de toda a população, com base em sua participação ativa, livre e significativa, e na distribuição justa dos benefícios. Coloca como responsabilidade dos Estados a garantia do direito ao desenvolvimento, através de políticas, assegurando a igualdade de oportunidades no acesso aos recursos básicos como à saúde e ao saneamento, entre outros (ONU, 1987).

Na Conferência de Estocolmo em 1987 foi elaborado o Relatório de Burdtland, “Nosso Futuro Comum”, o qual conceituou o termo “desenvolvimento sustentável”. Na Rio-92 este termo foi apresentado como a solução dos problemas ambientais percebidos, uma proposta inovadora de desenvolvimento que concilia o crescimento econômico com a conservação do meio ambiente (GREGOLIN *et al*, 2019). Porém, assim como “desenvolvimento” pode ter diferentes concepções não neutras, o “desenvolvimento sustentável” também carrega uma carga histórica de interpretação, o qual nasceu em momento de expansão do modo de produção acelerado a excedentes lucros, marcado pelas desigualdades sociais (GADOTTI, 2005; SILVA, 2009; SCHLEY, 2018).

Existem muitas críticas ao Relatório de Burdtland como afirma Oliveira (2005, p. 45), por exemplo, esse “desenvolvimento sustentável” objetiva “a manutenção e a reprodução do capitalismo e sua consolidação global no controle da natureza enquanto recurso; e a manutenção da pressão centro/periferia na gestão dos recursos naturais dos “países dependentes”. É possível perceber que essa concepção se assemelha mais a um *desenvolvimento sustentável de mercado*, com uma abordagem da economia liberal, buscando resolver problemas ecológicos através de soluções de mercado. Sendo assim, esse “desenvolvimento sustentável não está comprometido com a satisfação das necessidades humanas presentes e futuras, mas, sim, com as necessidades do capital” (OLIVEIRA, 2005, p. 46).

Nesse mesmo sentido Moacir Gadotti (2005) entende que não há compatibilidade entre o modo de produção capitalista atual e a sustentabilidade, coloca ainda que a sustentabilidade tem sido usada com um mero rótulo, sem realmente ser a essência. Vizeu *et al* (2012), apoiadas em Sachs (2000), também nos explicam que o desenvolvimento capitalista é, na prática, irreconciliável com a sustentabilidade e “com as condições de sobrevivência de uma sociedade humana marcada por limites do espaço natural que lhe condiciona a vida” (VIZEU, *et al*,p. 578), uma vez que o capitalismo objetiva o sucesso econômico da burguesia como o único caminho possível. Isso é facilmente observado ao passo que, mesmo com o acúmulo histórico de informação, políticas e pesquisas sobre sustentabilidade, continuam as ações de injustiça socioambiental e dizimação da biodiversidade natural, nos deixando à mercê das bruscas mudanças climáticas. O ambiente vira recurso como uma moeda de troca, essa redução do meio ambiente a valores econômicos causa a destruição irresponsável (SCHLEY, 2018).

Gregolin *et al.* (2019) ao falar sobre desenvolvimento sustentável demarca que este deve atender as multidimensionalidades apresentadas por Sachs (2009), a qual engloba dimensões social, cultural, ecológica/ambiental, territorial, econômica e política. Todas essas dimensões são causa e efeito na dialética da sustentabilidade, inerentes a um desenvolvimento que vise a transformação para uma sociedade mais equitativa e, portanto, isso só será alcançado ao passo que houver um rompimento com o atual sistema capitalista de desenvolvimento.

Gregolin *et al.* (2019) trazem uma abordagem de Sen (2010) de desenvolvimento como promotor das liberdades e capacidades humanas, relacionado aos direitos básicos, como ter acesso contínuo e permanente ao alimento, ter condições de evitar a subnutrição, a morbidez, a morte prematura; acesso à alfabetização em todos os níveis, a garantia de participação política, a liberdade de expressão, bem como aquelas que os próprios indivíduos desejam e julgam conducentes. O ser humano necessita ter condições básicas adequadas para ser capaz de produzir trabalho de forma plena, sendo papel do Estado garantir essas condições de forma igualitária a toda população. O desenvolvimento de um país deve visar a qualidade de vida, a busca pela justiça social, a distribuição de renda, o acesso à educação, à saúde, à moradia e ao saneamento, para o desenvolvimento pleno da população (SILVA, 2009).

O não atendimento das necessidades básicas da população representa uma ameaça ao desenvolvimento, é necessário encarar a política social como parte integrante do processo de desenvolvimento de um país, e não mais acreditar que será uma consequência natural do crescimento econômico (ALBUQUERQUE, 1995; SOARES, 1995). Ao mesmo tempo, é inviável alcançar mudanças substanciais sem transformar as estruturas que regulam o sistema econômico e político, principalmente os que tangem à propriedade, o controle, o acesso e o uso dos recursos naturais, ou seja, é preciso encarar interesses e poderes.

Altieri e Nicholls (2020) apontam que o COVID-19 é um chamado de atenção para a humanidade repensar nosso modelo de desenvolvimento capitalista e altamente consumista, para formas mais saudáveis de nos relacionarmos com o mundo. A pandemia do COVID-19 revela a essência sistêmica do nosso mundo, o quanto a saúde humana, animal, as plantas e a ecologia estão extremamente vinculadas. Eles indicam a Agroecologia como um enfoque sistêmico poderoso para compreender, em meio a essa pandemia do coronavírus, os vínculos entre a agricultura e a saúde. A Agroecologia é um exemplo inspirador de abordagem sistêmica a qual comprova que práticas sustentáveis podem auspiciar o bem estar, enquanto a deterioração praticada pelo Agronegócio gera grandes riscos e danos à saúde.

Desenvolvimento rural sustentável também é um termo em disputa na sociedade e sofre das mesmas contradições que os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade”. O capitalismo chama de desenvolvimento rural as investidas mercantilizadoras e exploradoras sobre a terra, a produção, a natureza e as populações, como a Revolução Verde e o Agronegócio, e para tal produzem um falso discurso sobre sustentabilidade (GUZMÁN, 2005).

A opção neste trabalho é pelo desenvolvimento rural sustentável a partir de uma perspectiva Agroecológica e camponesa. Pactuando com uma concepção de desenvolvimento rural dos andinos da Bolívia, apresentado por Mora (1999, p. 17), de “considerar o ser humano como parte integrante do ecossistema e que estabelece sua existência através de um conjunto de relações com os demais seres do planeta” (tradução da pesquisadora). Guzmán (2005, p. 131) define que para a Agroecologia o “desenvolvimento rural sustentável consiste na busca do local para, partindo daí, recriar a heterogeneidade do mundo rural por meio de formas de ação social coletivas”.

O tema do desenvolvimento rural sustentável dentro da Agroecologia refere-se a um modelo de desenvolvimento que proporcione um modo de viver saudável, pleno e autônomo. É uma nova relação entre as pessoas, com o meio, com os alimentos e com o trabalho que caminha para uma vida longa e saudável das pessoas no planeta. Nessa proposta é primordial a orientação de políticas públicas para a expansão qualificada da agricultura familiar através da perpetuação da cultura camponesa e de sistemas agroecológicos. Considerando que o desenvolvimento insustentável em vigor atingiu aspectos profundos da sociedade, a população deve ser parte integrante e ativa na concretização do desenvolvimento do país, uma vez que “somente uma civilização detenta de legitimidade, conhecimento, informações e autonomia (decolonial) poderá superar” as sequelas causadas por esse modelo injusto (CAPORAL, 2009; GREGOLIN *et al*, 2010, p. 55; SCHNEIDER, 2016).

Guzmán e Soler (2009, p. 38) falam sobre propostas emergentes de desenvolvimento rural agroecológico que apontam necessariamente para um processo de recampesinação para conseguir encarar as crises ecológica e social atual. Essas propostas são viabilizáveis a partir de uma redefinição do sistema alimentar como um todo, com a adoção de novos formatos de articulação entre produção e consumo alimentar, de canais curtos de comercialização, e que reequilibre as relações de poder, pautando em bases comunais que transcendam a exclusiva lógica mercantil, retomando valores historicamente vinculados ao campesinato.

 A raíz histórica da Agroecologia tem origem nos indígenas, os quais conservam sua cosmovisão como guia de suas tecnologias e cultivam uma relação de respeito e conservação com a natureza. Bartra (2010) se referência aos campesinos da América Latina como campesíndios, como os indígenas Quíchuas nos Andes que praticam agricultura ecológica através da Minga, uma tradição de organização coletiva do trabalho agrícola que transcende simplesmente a tarefa agrícola, desenvolvendo valores comunitários e de celebração (GUZMÁN e SOLER, 2010; LA MINGA EN MOVIMIENTO, 2008).

 A Agroecologia passa também pelos agricultores modernos que para baixar custos adotam comportamentos do campesinato histórico, e pelos que utilizam manejo ecológico, tecnologias tradicionais e se afastam da dependência do mercado e do consumo. Os sistemas agrários cultivados pelos campesinos tradicionais manifestam um processo coevolutivo equilibrado e harmonioso com a natureza (GUZMÁN e SOLER, 2010).

 A modernização através da chamada Revolução Verde rompeu com esse equilíbrio. A Agroecologia surge como alternativa aos malefícios da agricultura moderna ao propor um resgate dos elementos culturais e ecológicos do campesinato dialogado com os conhecimentos científicos de diferentes áreas (GUZMÁN e SOLER, 2010).

 O campesinato pode ser entendido como um segmento social integrado por unidades familiares de produção agrícola, na qual a finalidade não é a acumulação de dinheiro mas sim a reprodução social da unidade e do sustento, através de um manejo da natureza com racionalidade ecológica e do trabalho coletivo. Apresentam um potencial de estabilidade e capacidade de resistência por relacionarem critérios sociais que unem a satisfação individual e o bem-estar coletivo, a terra e a tradição oral, servindo a um desenvolvimento rural sustentável. O modo campesino de trabalho com a natureza abrange o uso predominante de energias renováveis, uma escala pequena de produção, um elevado grau de autossuficiência e diversidade, a pluriatividade, um conhecimento campesino empírico de transmissão oral intergeracional e uma cosmovisão onde impera uma concepção não materialista da natureza, como algo vivo, com quem se deve dialogar ou negociar durante o processo produtivo (GUZMÁN e SOLER, 2010).

 Mora (1999, p. 18) enfatiza que “o mundo campesino é tão complexo e diverso que qualquer aproximação que não parta do princípio holístico que o caracteriza, não pode compreender nem tão pouco planejar o desenvolvimento”. Guzmán (2005, p. 117) afirma, baseado em diversos autores agroecólogos, que “o campesinato vem mantendo historicamente a sustentabilidade ecológica”.

 Segundo Altieri (2002) e Caporal (2009) a ciência da Agroecologia se baseia no estudo holístico e enfatiza as interrelações entre os componentes da natureza dos agroecossistemas, os princípios pelos quais funcionam e suas dinâmicas complexas, essencial para o desenvolvimento de uma agricultura mais autossuficiente e sustentável. É uma ciência de matriz integradora de saberes, conhecimentos e experiências de diferentes disciplinas e atores sociais, desde os próprios agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores... até a academia. É uma ciência do campo da complexidade a partir do que Morin (1999, p. 33) identifica como o “pensar complexo”: “complexus significa o que é tecido junto”, “o pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações” (CAPORAL, 2009, p. 75).

 Este novo paradigma emerge como uma disciplina que comprove os princípios ecológicos básicos para manejar agroecossistemas produtivos, conservadores dos recursos naturais, culturalmente sensíveis, socialmente equitários e economicamente viáveis, de modo que a produção pode ser manejada para melhorar a eficiência com menores impactos ambientais e sociais e com menos uso de insumos externos. “O objetivo é desenhar uma trama de agroecossistemas miméticos à estrutura e função dos ecossistemas naturais” (ALTIERI, 2002, p. 29, traduzido pela pesquisadora). Passa por utilizar os insumos, o conhecimento e as práticas populares locais (ALTIERI, 2002).

 A Agroecologia interpreta a natureza não como um recurso a ser dominado e utilizado, como o agronegócio e a indústria fazem, mas entende que nós seres humanos somos parte da natureza e portanto precisamos trabalhar em equilíbrio, cientes das causas, efeitos e correlações da natureza. Propostas baseadas na lógica utilitarista compensatória com a natureza, como o mercado de carbono, não solucionarão nossos problemas, e ainda reforçam a relação colonialista do norte com o sul (PACHECO, 2021).

 A Agroecologia é uma proposta de desenvolvimento sustentável, socialmente apropriado, que estima viabilizar alimentos saudáveis para todos os brasileiros, com Segurança Alimentar e Nutricional, minimizar os impactos socioambientais já gerados, preservar a biodiversidade e a diversidade sóciocultural. Busca integrar os conhecimentos históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências a fim de todos os envolvidos serem capazes de analisar criticamente sua realidade e desenvolverem novas estratégias para um desenvolvimento rural mais sustentável (CAPORAL, 2009, p. 18).

 Não se trata somente de uma técnica de plantar que substitua insumos tóxicos por insumos orgânicos, ou que faça o uso maneirado dos recursos naturais.

Em diversos países, surgiram versões destas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, ecológica, biodinâmica, regenerativa, permacultura, etc., [...]. Não obstante, na maioria das vezes, tais alternativas não conseguiram dar as respostas para os problemas sócio-ambientais que foram se acumulando como resultado do modelo convencional de desenvolvimento rural (CAPORAL, 2009, p. 28).

A Agroecologia propõe reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, de forma que não subordine a produção agrícola aos setores industriais e de distribuição comercial, típicas da atual globalização capitalista. Tem como estratégia estabelecer “relações cooperativas equilibradas e negociadas com os consumidores sobre bases comunais que transcendem as exclusivamente mercantis” (GUZMÁN e SOLER, 2010, p. 205). É uma proposta que implica em mudanças estruturais na sociedade, dentre as quais se destaca a reforma agrária, o acesso aos meios de produção, às metodologias participativas, as garantias de acesso aos direitos básicos de cidadania, respeito às diferenças culturais, de gênero, de raça e de etnia (CAPORAL, 2009, p. 34). Necessita do papel do Estado na aplicação de políticas públicas para redirecionar esse desenvolvimento, viabilizar assistência técnica aos agricultores e uma transição acelerada (CAPORAL, 2009).

 A Agroecologia se revela como um paradigma capaz de enfrentar a crise socioambiental e os problemas gerados pelo tipo de civilização que construímos. A ética na Agroecologia se constitui como um ponto importante que propõem uma nova relação de responsabilidade entre as pessoas na sociedade e com o meio ambiente. São necessárias a elaboração de novas normas socialmente sancionadas. Por suas características enquanto ciência integradora, holística e sistêmica, a Agroecologia é mais apropriada como orientação teórica e prática para novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL, 2009, p. 103).

 O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional defende em campanha que precisamos parar de aceitar a alimentação como uma mercadoria e legitimá-la como patrimônio de um povo, através da qual se expressam cultura, história, identidade, criatividade e inteligência dos seres humanos e a biodiversidade do meio em que vivem. É através da perpetuação da comida típica que se articula a preservação da sociobiodiversidade dos territórios (PACHECO, 2021).

## Agroecologia e Saúde

A presente pesquisa corrobora com o entendimento do conceito de saúde enquanto um processo resultante de determinantes sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais utilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse entendimento foi concebido a partir das elaborações dos movimentos sociais e populares em prol da qualidade de vida e da redução de doenças na população, parte da construção de um projeto político, social e ideológico levantado pelo Movimento pela Reforma Sanitária, expresso na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, e culminado na maior política de Estado do Brasil na criação do SUS em 1988 (SILVA *et al*, 2015).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) foi um evento que reuniu mais de quatro mil pessoas após grandes mobilizações e eventos entre a população organizada, os movimentos sociais e populares e setores envolvidos com a saúde, conhecido pela formulação do projeto do SUS, o qual foi decretado na Constituição de 1988. Na abertura da conferência Sérgio Arouca expressou o que estavam elaborando sobre a concepção de saúde enquanto não somente a ausência de doenças, mas a existência de bem-estar físico, mental, social e político dos indivíduos e coletividades (AROUCA, 1986). No relatório da conferência foi descrito a saúde como a resultante das condições de vida, como “alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde” (CNS, 1986, p. 4). A legislação nº 8.080 de 1990 traz ainda entre os determinantes de saúde o saneamento básico e a atividade física.

 O relatório descreve também saúde como “antes de tudo, resultado das formas de organização social da produção”, “a saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas”. (CNS, 1986, p. 4). Sérgio Arouca compartilhou a definição de um camponês do interior do Paraná descrevendo saúde como a possibilidade de trabalhar e ter acesso à terra. Ele trouxe também a ideia de saúde a partir do direito a um meio ambiente que não seja agressivo e que permita a existência de uma vida digna; a ausência do medo, da violência e da miséria; do direito a informações e possibilidades de se organizar e transformar o mundo. Determina que não é possível melhorar o nível de vida da população enquanto existir um modelo econômico concentrador de renda e um modelo politico autoritário, é necessário conquistar a democracia para haver saúde para a população (AROUCA, 1986).

 Para se ter saúde em plenitude é necessário garantir, então: trabalho em condições dignas, alimentação para todos, moradia higiênica e digna, educação e informação plenas, qualidade adequada do meio ambiente, transporte seguro e acessível, repouso, lazer e segurança, participação da população na organização, gestão e controle dos serviços e ações públicas, direito à liberdade, à livre organização e expressão e acesso universal e igualitário aos serviços, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em todo o território nacional (CNS, 1986, p. 5). Essas condições básicas de saúde devem ser garantidas pela ação do Estado articulado com as demais políticas econômicas e sociais, enquanto modelo de desenvolvimento e projeto de sociedade.

 Acesso à alimentação é um determinante de saúde, a partir disso devemos questionar qual alimento estamos tendo acesso? Jacir Chies, do MST, em uma palestra online do VER-SUS Santa Maria 2021, questiona sobre a frase “alimento é saúde”: “mas qual alimento que é saúde?”. Ele continua afirmando que “hoje temos dúvidas sobre o que comemos”, afinal consumimos produtos embalados com descrições de ingredientes, porém não descreve tudo, não cita, por exemplo, quais insumos químicos e tóxicos estão nesse alimento, inclusive é comum a utilização de insumos proibidos. Complemento problematizando esses ingredientes descritos os quais, a maioria, são alimentos ultraprocessados ou artificiais produzidos em laboratório, são produtos em pó, corantes, saborizantes, estabilizantes, sódio e gorduras. Até o nutriente presente nessas embalagens são manipulados em laboratório. Uma mistura de pós artificiais é alimento? Não é possível imaginar que um organismo natural, como o corpo humano, se alimentando de produtos artificiais e/ou envenenados com insumos tóxicos funcionará de forma saudável. Jacir Chies reflete também sobre o fato de estarmos perdendo a forma de se alimentar, agora através de uma alimentação rápida e hegemônica globalmente, “coloca no lixo” nossa cultura alimentar, o convívio entre as pessoas, a consciência da origem e processo dos alimentos, as características regionais. Dessa forma, concordo com Jacir na conclusão de que alimento não é “qualquer coisa”, não podemos chamar de alimento tudo o que estamos consumindo (CHIES, 2021).

 As grandes corporações decidiram que o Estado deve financiar o agronegócio para utilizar toneladas de venenos por dia, colocarem esse veneno em nossas mesas, devastar e poluir a natureza, em prol da exportação de grãos. Em troca ficamos com o desafio de cuidar das consequências disso tudo em nossos corpos e territórios. Ou seja, a opção político econômica adotada pelo capitalismo e fortalecida pelo Estado está produzindo doenças e trabalhando com a saúde em uma lógica curativa, ao invés da produção de saúde (CHIES, 2021).

 Produzir alimentos é produzir saúde, e isso se relaciona com sustentabilidade, com a cadeia de produção, economia e regionalismo (CHIES, 2021). Isso dialoga com a necessidade da implementação de uma profunda reforma agrária, urbana e financeira que Sérgio Arouca apontou já em 1986 para produzir saúde no Brasil.

 A presente pesquisa parte de uma visão holística e dialética sobre a realidade para analisar o cenário atual em relação à qualidade de vida e vulnerabilidades da população e para elaborar contribuições para um desenvolvimento sustentável, saudável, igualitário e emancipador do país. Essa visão compreende olhar os diversos fatores que influenciam a qualidade de vida e as suscetibilidades a adoecimento das pessoas, partindo das concepções amplas de saúde que foram apresentadas aqui no texto. Conclui-se, portanto, a relação das diversas áreas da ciência com a saúde coletiva. O acesso a um meio ambiente equilibrado, saneamento adequado, soberania e segurança alimentar, relações igualitárias de gênero e trabalho digno são temas que compõem um cenário de saúde à população. Segundo Caporal (2009) a Agroecologia é uma ciência do campo da complexidade que parte destes temas para construir um desenvolvimento rural sustentável localmente e globalmente, portanto fica nítida a relação entre Agroecologia, saúde e os temas citados.

 Essa compreensão articulada entre saúde, Agroecologia, campesinato, gênero e saneamento ambiental, visualizando como horizonte o desenvolvimento rural sustentável, corrobora com o que a professora Liane Righi disse durante a palestra online do VER-SUS Santa Maria 2021 da importância de estabelecer mais conexões entre áreas ao pensar a saúde coletiva, pensar como composições. Ela enfatizou a importância da articulação com a posse da terra e a produção de alimentos orgânicos de forma agroecológica, com equipes de saúde que trabalhem com proteção e promoção de saúde e não somente com medicalização. Compreendendo que promoção de saúde não é somente sobre um suposto estilo de vida saudável, mas sobre a presença e lugar das pessoas e comunidades nesse mundo de produção.

Dentro da perspectiva de promoção de saúde no meio rural considera-se as práticas para a redução dos acidentes, riscos ergonômicos e agravos à saúde decorrentes do trabalho rural, do uso de equipamentos agrícolas e extrativistas, do uso de agrotóxicos e da exposição aos raios ultravioletas. Assim como considera-se também a preservação e o acesso à água, a proteção da biodiversidade, a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis e a valorização dos saberes e práticas tradicionais dos povos do campo, da floresta e das águas (SILVA, 2015). Segundo Navolar, Rigon e Philippi (2010, p. 77):

A vida no meio urbano passa a depreciar a experiência e o conhecimento relativo ao trabalho no campo, tornando *os excluídos do campo* (adaptação da pesquisadora) pessoas pobres, desempregados e sem perspectiva de vida, o que os torna expostos à insegurança alimentar e nutricional, situação que associada às precárias condições de vida, abre as portas para uma série de problemas de saúde.

Ao contrário disso, as práticas ecológicas possibilitam condições positivas em relação à saúde, ao sustento financeiro e à permanência no campo. As autoras também afirmam que “o conhecimento a respeito do processo saúde-doença está associado às concepções que explicam o mundo, os costumes, os valores e as crenças da sociedade, refletindo o pensamento dominante em dado momento histórico e em determinado espaço” (NAVOLAR, RIGON e PHILIPPI, 2010, p. 74). Considerando isso, apontam que hoje há uma necessidade urgente de propor novas relações éticas entre a sociedade e a natureza e que “as inseparáveis ligações entre a população e seu meio ambiente constituem a base para uma abordagem socioecológica da saúde” (NAVOLAR, RIGON e PHILIPPI, 2010 p. 70).

 As autoras Navolar, Rigon e Philippi (2010) realizaram uma pesquisa sobre a percepção de agricultores(as) de Santa Catarina quanto à prática da agricultura familiar ecológica como promotora de saúde, a qual revelou que os agricultores decidiram realizar uma transição da agricultura convencional para ecológica por motivos de saúde após passarem por episódios sucessivos de adoecimento, portanto decidiram por uma busca por melhoria na qualidade de vida.

Conforme as autoras, a relação entre agroecologia, alimentação, saberes populares e saúde se tornou bem evidente para estes agricultores, eles apontaram por meio das práticas agroecológicas, a produção dos próprios alimentos e o uso de práticas naturais de saúde, principalmente das plantas medicinais, como as principais práticas de promoção de saúde na agricultura familiar. A fala de um agricultor entrevistado na pesquisa indica a intersecção entre saúde, o meio em que vive e o modo de viver, no trecho que segue: “conviver com o ambiente, comer bem, sentir o sabor da comida, o paladar, sentir o cheiro gostoso, curtir o meio ambiente, isso pra mim é ter saúde” (NAVOLAR, RIGON e PHILIPPI, 2010, p. 76).

Entre os aspectos apresentados como melhorias na saúde, os agricultores(as) citam o bem estar físico e emocional, a menor incidência de doenças na família, inclusive o resfriado, uma menor necessidade de medicamentos farmacológicos e de consultas com profissionais da saúde. Os relatos demonstram uma melhoria na imunidade e uma autonomia quanto à saúde dos indivíduos a partir de práticas de autoatenção.

## Mulheres rurais na pandemia

Hillenkamp, Lobo e Telles (2021) apontam que poucos trabalhos foram produzidos até agora sobre os impactos e transformações sociais causados pela pandemia do Covid-19, especialmente para as mulheres rurais. Essas autoras se dedicaram a investigar as vulnerabilidades e as condições de resiliência e de transformação social abertas pela pandemia para as mulheres agroecológicas no Brasil. São condições pouco conhecidas por ocorrerem principalmente em nível local, em relações informais e veladas nos trabalhados não remunerados. Exatamente por isso são necessárias investigações qualitativas que objetivem tirar essas informações da invisibilidade, é com isso que a presente pesquisa pretende contribuir.

A pandemia do Covid-19 evidenciou as vulnerabilidades e desigualdades vivenciadas pela população mundial. Segundo uma pesquisa da Gênero e Número e da Sempreviva Organização Feminista (GN e SOF, 2020) o impacto na renda e dificuldade de sustentação da casa durante a pandemia está sendo maior para as mulheres rurais.

O cuidado é um trabalho que a sociedade capitalista e patriarcal atribuiu às mulheres a responsabilidade de desempenhar, seja remunerado ou não, introjetado na cultura da sociedade a ponto de ser aceito de forma natural e inconsciente. É possível observar nos serviços hospitalares e nas unidades de atenção básica à saúde que as mulheres são a principal força de trabalho, representando hoje 65% dos profissionais (CONASEMS, 2020), e em momentos históricos, como nas guerras, já foram exclusivas. No âmbito domiciliar o cuidado é expresso através da responsabilidade com a saúde, bem-estar familiar, limpeza, alimentos, água, administração das contas, garantia das rotinas, gestão de conflitos, educação, cuidados dos animais e plantas, entre outros trabalhos invizibilizados. No meio rural acrescenta as tarefas de cuidados na criação de animais de pequeno porte para autossustento (carne, ovos, leite), cultivo de hortas, jardins, pomares, plantas medicinais, etc. Quem detém o conhecimento e é responsável por realizar os cuidados da família e da comunidade em quase totalidade dos casos são as mulheres, mães, esposas, filhas, curandeiras, bezendeiras. É um trabalho desempenhado de forma mal remunerada, desigual em relação aos homens, e principalmente ancorado na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres (GN e SOF, 2020).

A pandemia do Covid-19 evidenciou a crucialidade das mulheres na sociedade para desempenhar esse serviço tão essencial neste momento. As mulheres são a grande a maioria na linha frente do combate ao coronavírus, as quais no Brasil estão expostas a um alto risco, trabalho excessivo e responsáveis por lidar com os resultados do descaso e sucateamento governamental para com a saúde pública. Uma pesquisa da GN e SOF (2020) mostra que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, e no caso das mulheres rurais esse percentual alcança 62%. Das entrevistadas, 72% afirmaram que aumentou a tarefa de monitorar e fazer companhia a alguém. Quanto aos cuidados domésticos, devido às medidas de isolamento social e consequentemente aumento de pessoas em casa durante o dia inteiro, houve uma intensificação demasiada para as mulheres, principalmente nas tarefas de preparação dos alimentos, cuidados com a roupa, louça e limpeza da casa. Na investigação de Hillenkamp e Lobo (2021) sobre as mulheres agroecológicas durante a pandemia, nenhuma das entrevistadas relatou uma melhor divisão dos trabalhos domésticos com o marido. Pelo contrário, o relatório da GN e SOF mostra que a participação de outras pessoas nas tarefas domésticas diminuiu na pandemia. Esses dados revelam um sério agravamento da sobrecarga física e mental sobre as mulheres (GN e SOF, 2020).

Hillenkamp e Lobo (2021) mostram que as mulheres rurais se responsabilizaram pela educação à distância dos filhos, tendo que percorrer grandes distâncias para buscar material pedagógico, em contextos de diminuição das linhas de ônibus e em que a minoria possui habilitação ou acesso a carro. A tarefa de ajudar os filhos nas lições de casa foi expressada como muito pesada por conta da baixa escolaridade das mães, gerando ansiedade e irritação.

No campo, a crise econômica e a necessidade de isolamento social diminuíram a contratação de serviços agrícolas, reduzindo a ocupação de muitos homens, os quais passaram a estar mais presentes na unidade familiar. Mas isso não significou uma reorganização da divisão sexual do trabalho. A suspensão das aulas presenciais levou ao aumento também da presença dos jovens na unidade familiar, mas desigual quanto ao gênero. A tendência de as jovens mulheres ficarem responsáveis por cuidar das crianças e idosos, e a inserção dos jovens homens se envolverem com as atividades agrícolas aumentou durante a pandemia (HILLENKAMP; LOBO, 2021).

**2 O LUGAR/LOCUS DA PESQUISA DE CAMPO E OS SUJEITOS(AS) PARTICIPANTES**

**2.1 Os Assentamentos de Reforma Agrária de Pontão e Jóia**

Descrever aqui como são esses municípios? Qual a principal economia? Como são os Assentamentos? História desses Assentamentos? Por que esses municípios e não outros? O que é o MST? Ao falar dos Assentamentos você também pode trazer os autores do referencial e o que disseram sobre a terra e reforma agrária…

 Em 1979 110 famílias ocuparam a gleba Macali em Ronda Alta, noroeste do Rio Grande do Sul, continuidade das lutas do MASTER na região, a partir daí tiveram ocupações nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, sendo estas, sgundo Mançano (XXXX) ações que contribuíram para o processo de formação do MST, de 1979 a 1984.

Em 1985 ocuparam a fazenda Anoni, em Sarandi.

P 170

 se mantém exatamente igual em essência, renovando suas tecnologias ao longo da história, até hoje, como é, por exemplo, a prática do agronegócio e sua agricultura 4.0.

**2.2 Os(as) sujeitos(as) da pesquisa**

Público descrito na metodologia são (só) famílias camponesas, por que? Quais seriam essas famílias? Por que tal amostra e não outra?

Outro público é o grupo de jovens. Precisa descrever quem são.

As entrevistas foram aplicadas de que forma? Individual para formadores/educadores, marido e mulher? Grupo de jovens educandos…? Quem são os sujeitos(as): mulheres, homens, formadores/educadores,...?

Amostra: Nº de assentados participantes das entrevistas de Pontão? Quem são? Nª de Assentados de Jóia? Quem são?

Dizer que as citações de falas dos(as) serão referenciadas com outra denominação para preservar o anonimato.

Descrever o perfil dos(as) participantes entrevistados(as): camponês, agricultura familiar e agroecológica, homem, mulher, faixa etária, grau de escolaridade. Pode trazer falas das entrevistas que remetam à definição de camponês.

Pode trazer o quadro para cá.

Talvez trazer aqui a concepção de camponês que você tem no referencial teórico e a do MST. O que o movimento já fez em torno da reforma agrária e como esteve presente também no período crítico da pandemia. Traze citações de falas que remetam à definição de movimento social.

**2.3 Os Assentamentos: o que produzem, como se organizam**

**2.4 Os Assentamentos: infraestrutura sanitária**

Responder aqui o objetivo específico: **3.** Identificar se as características do modelo de residência rural e não aglomerada, em espaço ambiental, impactam positivamente na saúde e qualidade de vida e verificar como se estrutura o saneamento das famílias rurais;

**3. A RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS DE PRODUÇÃO AUTÔNOMAS DE ALIMENTOS, COVID-19 E SAÚDE**

Responder estes objetivos:

**2.** Analisar se o nível de autonomia de consumo alimentar e de itens de uso doméstico e pessoal das famílias rurais influencia em uma maior segurança em saúde em relação à exposição, à transmissão de doenças e à segurança e soberania alimentar;

**4.** Conhecer qual a percepção de saúde, qualidade de vida, imunidade, tédio, cansaço e ansiedade das famílias rurais durante a pandemia do COVID-19;

Elabore uma introdução do capítulo dizendo que você responderá aqui estes dois objetivos…

**3.1 Práticas autônomas de produção de alimentos nos Assentamentos**

Fazer sempre o diálogo entre as questões de pesquisa, falas das entrevistas e referencial teórico.

Faça uma descrição do que é produzido em torno da agropecuária nesses dois assentamentos e que produtos ainda são adquiridos no mercado convencional para o “bem estar” das famílias.

**3.2 O enfrentamento da Pandemia do Covid-19 nos Assentamentos: desafios e conquistas**

Fazer sempre o diálogo entre as questões de pesquisa, falas das entrevistas e referencial teórico.

Descreva aqui como enfrentaram a fase aguda da pandemia, isolamento das famílias, etc.

**3.3 A agroecologia como referência para práticas autônomas de produção de alimentos e promoção da saúde**

Fazer sempre o diálogo entre as questões de pesquisa, falas das entrevistas e referencial teórico.

Descreva aqui as práticas agroecológicas de produção agropecuárias nos assentamentos e seu impactos na saúde do corpo e da mente no enfrentamento da pandemia.

Vá identificando o sentido de modo de vida “inovador” com as boas práticas de produção autônoma de alimentos e de outros produtos para autoconsumo.

**4. AGROECOLOGIA: UM MODO DE VIDA SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL**

Elabore uma introdução do capítulo dizendo que você responderá aqui estes dois objetivos…

**1.** Compreender quais aspectos da vida camponesa do MST influenciam em uma vida segura e saudável durante a pandemia do COVID-19 e compreender a atuação das mulheres e das/os jovens na prática Agroecológica e na segurança em saúde humana e ambiental das famílias camponesas;

**4.1 O papel das mulheres no enfrentamento à pandemia do Covid-19**

Fazer sempre o diálogo entre as questões de pesquisa, falas das entrevistas e referencial teórico.

**4.2 O papel dos jovens no enfrentamento à pandemia do Covid-19**

Fazer sempre o diálogo entre as questões de pesquisa, falas das entrevistas e referencial teórico.

**4.3 Agroecologia como promotora de um novo modo de vida**

Fazer uma síntese aqui das falas que definiram o que seria este novo modo de vida proporcionado por práticas agroecológicas (práticas que não podem acontecer dissociadas de uma organização social coletiva e trabalho coletivo) o dialogando sempre entre as questões de pesquisa, falas das entrevistas e referencial teórico.

*Há fotos que poderiam ilustrar seu texto, não publicando aqui aquelas com pessoas, pois não foi solicitado o uso da imagem.*

*Não temos mais tempo para submeter o projeto ao CEP.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo geral: Compreender como o modo de viver rural camponês agroecológico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode contribuir com modelos sustentáveis de desenvolvimento ao enfrentamento de pandemias como a do COVID-19.

Quais as principais respostas ao teu objetivo geral?

Quais as lacunas em sua pesquisa?

Quais sugestões de pesquisa para o futuro?

Como pretende fazer a devolutiva dos resultados aos participantes da pesquisa?

O que ficou como aprendizado para um novo modo de vida?

# Referências

ALBUQUERQUE, R. C. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 24, p. 75-116, agosto, 1995. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-40141995000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 de março de 2022.

ALENTEJANO, Paulo R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/ALENTEJANO.pdf>. Acesso em: Maio de 2020.

ALENTEJANO, Paulo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 32-38, maio 2020.

ALTIERI, Miguel A. Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In Agroecología: El Camino hacia una Agricultura Sustentable, Editora Científicas Americanas. La Plata, 2002.

ALTIERI, Miguel A., NICHOLLS Clara Inés. La Agroecología en tiempos del COVID-19. Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas -CELIA. 2020. Disponível em: <http://celia.agroeco.org/wp-content/uploads/2020/04/ultima-CELIA-Agroecologia-COVID19-19Mar20.pdf>. Acesso em 15 de março de 2021.

AROUCA, Sérgio.Democracia é Saúde. Pronunciamento durante 8ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 1986. Publicado pelo canal VideoSaúde Distribuidora da FioCruz. Brasília, 2013. Disponível em Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=-\_HmqWCTEeQ&t=278s. Acesso em 01 de novembro de 2021.

BARTRA, Armando. Campesindios, aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. La Nación. Memória. 2010.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8080.htm. Acesso em 26 de setembro de 2021.

BRASIL. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 03 de março de 2022.

CASTRO, L. F. P. **Agricultura Familiar, Habitus e Acesso à Terra**. Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 2, p. 91-105. 2015

CAPORAL, Francisco Roberto (org). COSTABEBER, José Antonio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.

CASTRO, Mariana. MST completa 37 anos e mostra a força da agricultura familiar durante a pandemia. Brasil de Fato. Imperatriz, MA, 22 jan. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/mst-completa-37-anos-e-mostra-a-forca-da-agricultura-familiar-durante-a-pandemia. Acesso em: 13 fev. 2022.

CHIES, Jacir. Mesa "Da desconstrução ao desmonte do SUS" - Seminário VER-SUS Santa Maria. TV Rede Unida. 23 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GdBkjKLmOpU>>. Acesso em 23 de outubro de 2021.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986). Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/images/relatorio_8.pdf>>. Acesso em 26 de setembro de 2021.

CODEÇO, et al. Estimativa de risco de espalhamento da COVID-19 nos estados brasileiros e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nos municípios. Relatório no 3 do Grupo de Métodos Analíticos de Vigilância Epidemiológica (MAVE), PROCC/Fiocruz e EMap/FGV, 2 de abril de 2020.

COHEN, S. et al. Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente. Ciência e saúde coletiva. Rio de Janeiro, 2004.

CONASEMS - Conselho Nacional de Secretaria Municipais de Saúde. Protagonismo feminino na saúde: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS. Março, 2020. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus/>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985. Ícone, UNICAMP. São Paulo, 1985.

FAO. Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe 2018.Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). Santiago, 2018.

FARIA, Rivaldo e BORTOLOZZI, Arlêude. Espaço, Território E Saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. R. RA´E GA, Editora UFPR, n. 17, p. 31-41, Curitiba, 2009.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

FRIEDMANN, H. After Midas’s Feast: alternative food regimes for the future. In: ALLEN, P. Food for the future: conditions and contradictions of sustainability. California: John Wiley e Sons, Inc., 1993. p. 213-233.

FUNASA. Programa Nacional de Saneamento Rural. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Brasília, 2019.

G1a. Ministério da Agricultura registra 39 agrotóxicos genéricos para uso dos agricultores. 14 de abril de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/04/14/ministerio-da-agricultura-registra-39-agrotoxicos-genericos-para-uso-dos-agricultores.ghtml. Acesso em 17 de maio de 2021.

G1b. Após novo recorde, Brasil encerra 2021 com 562 agrotóxicos liberados, sendo 33 inéditos. 18 de janeiro de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/01/18/apos-novo-recorde-brasil-encerra-2021-com-562-agrotoxicos-liberados-sendo-33-ineditos.ghtml. Acesso em 06 de março de 2022.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade**. Revista Lusófona de Educação. P. 15-29. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. Editora Atlas S.A., São Paulo, 2012.

GN - Gênero e Número, SOF - Sempreviva Organização Feminista. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório. São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/relatorio>>. Acesso em 22 de junho de 2021.

GREGOLIN, Graciela Caroline, *et al*. Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 12, n. 3, p. 51-64, dez. 2019.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: A**groecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável.** AQUINO, A. M. e ASSIS, R. L. Embrapa, Brasília, DF, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla e SOLER, Marta Montiel. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza. Ph Cuadernos. 2010.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla e SOLER, Marta Montiel. Del desarrollo rural a la Agroecología. Hacia un cambio de paradigma. In: Documentación Social. 2009.

HILLENKAMP, Isabelle e LOBO, Natália. Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19. In: Miriam Nobre (Org.). Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, 104p. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/04/210407_ummeiotempo_sof_08_rev.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2021.

HILLENKAMP, Isabelle; LOBO, Natália e TELLES, Liliam. Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: introdução. In: Miriam Nobre (Org.). Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, 104p.

HOLMGREN, David. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Tradução Luzia Araújo. Via Sapiens. Porto Alegre, 2013.

KINALSKI, *et al.* Grupo focal na pesquisa qualitativa: relato de experiência. Revista Brasileira de Enfermagem [Internet]. 2017 mar-abr;70(2):443-448.

LA MINGA EN MOVIMIENTO. ¿ Qué significa La Minga? 3 de outubro de 2008. Disponível em: <https://lamingaenmovimiento.wordpress.com/la-minga/>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

LÉVY-STRAUSS, C. "Aula Inaugural". In: Alba Zaluar org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 211-244.

LOUREIRO, Bárbara e ZARREF, Luiz. Produzir alimentos saudáveis e plantar árvores: a Reforma Agrária Popular no combate ao Coronavírus. MST, março de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/29/produzir-alimentos-saudaveis-e-plantar-arvores-a-reforma-agraria-popular-no-combate-ao-coronavirus/>. Acesso em: Junho, 2020.

MARASCIULO, Marília. Teria sido possível prever e evitar a pandemia do novo coronavírus? Revista Galileu, abril de 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/04/teria-sido-possivel-prever-e-evitar-pandemia-do-novo-coronavirus.html>. Acesso em: Junho, 2020.

MEDEIROS, L. S. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEZES, Maíra. Artigo analisa os impactos da Covid-19 na saúde mental. Fiocruz, 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/artigo-analisa-os-impactos-da-covid-19-na-saude-mental>. Acesso em: Junho de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fase de trabalho de campo. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992. Pp. 105-196.

MORA, Rafael Garcia. Visión integral de la sostenibilidad: una nueva manera de enfocar el desarrollo rural. Chulumani, 1999. In: Revista Umbrales por el Secretariado Rural. Bolívia, 2000.

MST. 35 coisas que você precisa saber sobre o MST. Página do MST, 18 jan. 2019. Disponível em: https://mst.org.br/2019/01/18/35-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mst/. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

NAVOLAR, Thaisa Santos; RIGON, Silvia do Amaral e PHILIPPI, Jane Maria de Souza. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, 23(1): 69-79, jan./mar., 2010.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5. Março, 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1035/a-pandemia-de-covid-19-securitizao-crise-neoliberal-e-a-vulnerabilizao-global>. Acesso em: Maio, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Our common future. 1987. Disponível em https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf. Acesso em: 03 de março de 2022.

PACHECO, Maria Emília. TV Abrasco. Ágora Abrasco - Painel: A origem da Pandemia pela Covid-19. Youtube, 18 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dka3cACxAxw>>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. Estudos Avançados, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532. Acesso em: 23 fev. 2022.

POMAR, Wladimir. **Os Latifundiários**. São Paulo: Página 13, 2009.

PRADO JR., C. **A Questão Agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. cap. 2, p. 86-127.

RESSEL, *et al.* O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 779-786.

RIBEIRO, Silvia. Los hacendados de la pandemia. América Latina em Movimento. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/205525>. Acesso em: Maio, 2020.

RIGHI, Liane. Mesa "Da desconstrução ao desmonte do SUS" - Seminário VER-SUS Santa Maria. TV Rede Unida. 23 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GdBkjKLmOpU>>. Acesso em 23 de outubro de 2021.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: Sachs, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 117-131.

SCHLEY, Andressa Roana Costa. Políticas públicas e mobilização social no acesso ao saneamento básico: o caso da nova santa marta, Santa Maria, RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

SCHLEY, Andressa Roana Costa; SCHREINER, Bruno Traesel; WIOPPIOLD, Kauã Arruda; LAZZARETTI, Mateus e KENNE, Pamela. O Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV) de Santa Maria/RS como propulsor de tecnologias sociais de apoio à reforma agrária. **Tecnologia Social e Reforma Agrária Volume 2.** Felipe Addor, Farid Eid, Davis Gruber Sansolo (Org.). Editora Lutas Anticapital. Marília, 2021.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Curitiba, PR, v. 1, n.1, 3, Jan./jun., 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SENA, Carliene. Mulheres e saúde mental em tempos de isolamento social. Página 13, 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.pagina13.org.br/mulheres-e-saude-mental-em-tempos-de-isolamento-social/>. Acesso em: Junho de 2020.

SENADO. Violência doméstica em tempos de COVID-19. Boletim Mulheres e seus Temas Emergentes. Abril de 2020. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: Junho de 2020.

SILVA, Fátima Cristina Maia *et al*. A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas e o Ambiente. *In:* MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília, 2015. p. 9 – 24.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa.** Zahar editora. Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Desenvolvimento Sustentável no Brasil de Lula: uma abordagem jurídico-ambiental**. UNISC. Santa Cruz do Sul, 2009. 292 p.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos. Secretaria Nacional de Saneamento – SN. Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Brasília, 2019.

SOARES, Laura. Tavares. Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina. Tese (Dissertação em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995. Disponível em: https://elahp.com.br/download/ajuste-neoliberal-e-desajuste-social-na-america-latina-laura-tavares/. Acesso em 03 de março de 2022.

SOUZA, Cinoélia Leal de; ANDRADE, Cristina Setenta. Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4113-4122, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-81232014001004113&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Junho, 2020.

SOUZA, Marina Duarte. Casos de dengue no Brasil em 2020 ultrapassam 500 mil em meio à pandemia de covid-19. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: < https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/em-meio-a-pandemia-do-coronavirus-numero-de-casos-de-dengue-no-brasil-cresce-129>. Acesso em: Junho, 2020.

STÉDILE, João Pedro. Pronunciamento para Ágora Abrasco - Painel: A origem da Pandemia pela Covid-19. Publicado pelo Canal TV Abrasco, 18 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dka3cACxAxw>>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

STÉDILLE, João Pedro e MANÇANO, Bernardo. Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

VENTURA, Deysi de Freitas Lima *et al.* Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. Cadernos de Saúde Pública, 36, 2020.

VIZEU, Fabio, *et al*. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, 2012.

WALLACE, Rob. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Editora Elefante & Igra Kniga. São Paulo, 2020.

WALLACE, Rob. TV Abrasco. Ágora Abrasco - Painel: A origem da Pandemia pela Covid-19. Youtube, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dka3cACxAxw>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ENTREVISTA**

1. Não somente o campesinato na sua totalidade, mas alguns traços das práticas e culturas do campesinato já possibilitam uma vida mais saudável. [↑](#footnote-ref-2)
2. Sugestão de leitura: SCHNEIDER, Sérgio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Curitiba, PR, v. 1, n.1, 3, Jan./jun., 2016. [↑](#footnote-ref-3)